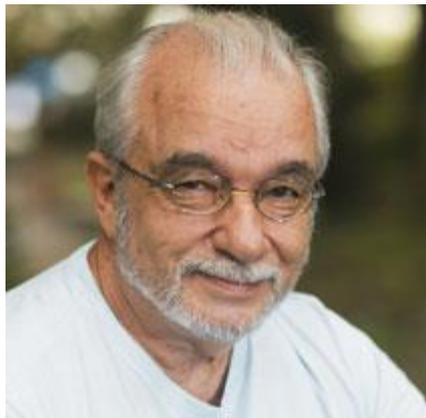


Avaliação e autoavaliação devem andar juntas

Sem acompanhar o desenvolvimento dos alunos, como professores e escolas podem aperfeiçoar seu próprio desempenho?



Luis Carlos de Menezes é físico e educador da Universidade de São Paulo (USP)

Ao visitar escolas e me envolver em suas questões, frequentemente tenho me deparado com vários problemas na forma com que os estudantes são avaliados, que vai desde uma aparente tolerância - que só disfarça a displicência na verificação do aprendizado - até um pretense rigor, que resulta em reprovações indiscriminadas. Esses procedimentos não orientam os professores a rever suas práticas e, por vezes, a própria razão de ser da avaliação parece ignorada.

Avaliar pode significar muitas coisas: diagnóstico periódico para orientar o ensino; verificação do aprendizado ao fim de uma etapa; certificação para a obtenção de um título; seleção ou classificação em processos competitivos. Confundir esses sentidos causa distorções, como colar em provas mensais ou rachar para passar nelas. Isso pode ser tão insensato quanto fraudar exames médicos de rotina ou malhar para passar neles, mas acontece, por exemplo, em escolas mais preocupadas em selecionar do que em promover e cujas provas, por isso, servem à exclusão, e não ao ensino. Outros desvios ocorrem quando os exames externos, a Prova Brasil, por exemplo, tomam o lugar da verificação do aprendizado nas próprias escolas, que, mais preocupadas em obter bons resultados, chegam a selecionar alunos na entrada, em vez de educar todos com base nas condições em que chegam.

Inversões de valores como essas aparecem em nossa cultura escolar desde os primeiros anos, quando alguns alfabetizadores atribuem seu insucesso às crianças ou a suas famílias, e nos anos mais avançados, quando professores com centenas de alunos julgam ser impossível verificar e suprir as deficiências deles. Como consequência, desiste-se da avaliação formativa e não se aperfeiçoa o ensino, eternizando o círculo vicioso cujas vítimas são estudantes que não aprendem e educadores que se frustram.

Esse problema não se restringe à atitude isolada de professores em cada sala de aula e só se resolve com avaliações com foco na aprendizagem - não na classificação ou na seleção - que devem ser conduzidas como política institucional da escola. Professores podem se associar com coordenadores pedagógicos e representantes de turma para tomar iniciativas nesse sentido, mas nem sempre se sabe por onde começar. Dependendo da etapa e do tamanho da escola, as sessões de discussão pedagógica, os conselhos de classe ou os de escola podem ser momentos apropriados para conceber conjuntamente avaliações, analisar resultados ou identificar disciplinas e alunos que exijam cuidado.

Tenho participado da concepção de várias estratégias para orientar avaliações de algumas escolas públicas, como preparar antecipadamente provas mensais conjuntas, pautadas na proposta curricular e como parte do planejamento do ensino. Em muitas redes, porém, tem faltado apoio desse tipo. É vantajoso, por exemplo, automatizar a pontuação de questões de múltipla escolha, combinando essa avaliação com atividades de produção escrita e outras observações. O acompanhamento contínuo dos estudantes é fundamental para aperfeiçoar o ensino e, por isso, os professores devem participar junto com a direção do diagnóstico e de seu encaminhamento.

Os tratamentos devem ser adaptados à cada etapa de ensino, levando em conta que as disciplinas se compõem para uma formação harmônica dos alunos, mas em qualquer caso um projeto pedagógico real requer uma avaliação posta a serviço da aprendizagem. É responsabilidade da instituição verificar se o aprendido corresponde ao que se pretendeu ensinar e, em lugar de apontar o dedo acusador para os professores, é melhor concluir: escolas e docentes que não avaliam também não se avaliam!